

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 27/02/2019 | Edição: 41 | Seção: 3 | Página: 152

Órgão: Ineditoriais/Instituto Nordeste Cidadania

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A história do Instituto Nordeste Cidadania remonta a 1993, quando os funcionários do Banco do Nordeste mobilizaram um Comitê de Ação da Cidadania para realizar ações emergenciais, como doações de cestas básicas, roupas e brinquedos. Em 1996, a iniciativa constituiu-se como Organização Não-Governamental (ONG) e passou a realizar projetos voltados à geração de emprego e renda. Em 2003, foi qualificado pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fato que o possibilitou firmar termos de parceria com órgãos públicos. O INEC não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, voluntários ou doadores de recursos, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos no exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente para a consecução dos seus objetivos sociais.

Atualmente, o INEC possui mais de sete mil colaboradores em todos os estados do nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, e realiza ações socioambientais em quatro eixos: Educação e Cultura, Geração de Emprego e Renda, Desenvolvimento Comunitário e Acesso a Microfinanças.

As informações referentes às atividades sociais, realizadas no exercício de 2018, estão demonstradas no relatório socioambiental disponível no site do INEC <<http://www.inec.org.br/>>.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas em conformidade as práticas contábeis aplicadas no Brasil, ao pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC PME(R1), a NBC ITG-2002 (R1) - "Entidade sem Finalidade de Lucros" e a NBC TG 1000 - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais consistentes com as utilizadas pela Administração da gestão.

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi aprovada pela Administração da Entidade em 19 de fevereiro de 2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda funcional e de apresentação da entidade. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Estimativas de julgamento

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a vida útil dos bens do imobilizado, provisão para risco de contingência (trabalhistas, tributária e cível) e mensuração de

instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as categorias "recursos de parcerias em projetos e recebíveis" e "mensurados ao valor justo por meio do resultado". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação.

Os recursos de parcerias em projetos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes).

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem os ativos financeiros mantidos para negociação são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da transação. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

2.5.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.3 Impairment de ativos financeiros

O Instituto avalia no final de cada período de apresentação do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são reconhecidos somente se houver evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, e aquele evento de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de maneira confiável.

O montante do prejuízo é mensurado como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

2.6 Recursos de Parcerias em Projeto

Corresponde ao valor a ser repassado pelos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) de números 2018/105 e 2018/107 que respectivamente estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) e Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo).

2.6.1 Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)

Em 28 de junho de 2018, o INEC firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Termo de Parceria pelo período de um ano e seis meses (01 de julho de 2018 a 31 de dezembro de 2019). Durante o período do Termo, o INEC receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Programa Crediamigo, na forma dos critérios exigidos pelo Programa Nacional de Microcrédito produtivo orientado (PNMPO).

2.6.2 Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)

Refere-se ao Termo de Parceria firmado com o Banco do Nordeste, firmado em 28 de junho de 2018, pelo período de um ano e cinco meses (01 de agosto de 2018 a 31 de dezembro de 2019). Durante o período do Termo, o INEC receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a

execução das atividades do Programa Agroamigo, cujos financiamentos são amparados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

2.7 Valores a receber

Estes são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.8 Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, com base nas taxas demonstradas abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação Anual
Veículos	25%
Computadores e Periféricos	20%
Instalações	10%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.9 Intangível

Está representado por licenças de softwares adquiridas, capitalizadas com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo dos softwares para sua utilização e amortizados pelo prazo estimado de vida útil.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo preço da transação, que em alguns casos o preço da transação poderá ser igual ao valor justo, e subsequente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

2.11 Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas incluem gastos com empregados, tais como salários, encargos sociais, provisões de férias e de décimo terceiro salário. Os impostos e contribuições decorrentes da folha de pagamento (FGTS, IRRF, PIS e INSS) retidos dos empregados são reconhecidos obedecendo ao regime de competência.

2.12 Recursos de projetos e convênio em execução

As obrigações decorrentes dos convênios e termos de parcerias são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, decorrente de fatos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, tributária e civil) são reconhecidas quando: (1) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; (2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (3) e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.14 Apuração dos Resultados

A classificação e o registro contábil dos eventos econômicos ocorreram em conformidade com o regime de competência para as despesas e seguindo as demais normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As receitas de doações são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

2.15 Imunidade Tributária

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.532, cujos principais aspectos de interesses da Entidade estão apresentados a seguir:

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem serviços para os quais tiverem sido instituídas e coloque a disposição do grupo de pessoas a que se destinem sem fins lucrativos.

A referida imunidade aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, conforme determinado no art. 15 da Lei anteriormente mencionada.

Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16º da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

e) apresentar, anualmente, declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes; (Vide ADIN Nº 1802)

g) assegurar à destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

O Instituto Nordeste Cidadania vem cumprindo os requisitos mencionados nos itens anteriores.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa - Fundo Rotativo	1	2
Bancos Conta-Movimento - Recursos sem Restrições	4	578
Bancos Conta-Movimento - Recursos com Restrições (*)	47	452

Aplicações Financeiras - Recursos sem Restrições	3.931	1.475
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrições (*)	3.812	20.381
Total	7.795	22.888

(*) Recursos originados dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que respectivamente estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo), Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) e recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

4. Adiantamentos

O saldo é composto por adiantamentos a empregados e a fornecedores. Os adiantamentos a empregados são provenientes de adiantamentos de viagens e férias. Os adiantamentos a fornecedores são provenientes de pagamentos adiantados para aquisição de bens, serviços ou produtos para posterior prestação de contas mediante a emissão da nota fiscal.

	2018	2017
Adiantamentos a Empregados	1.494	1.575
Adiantamentos a Fornecedores	102	3
Total	1.596	1.578

5. Recurso de parcerias em projetos

O saldo da rubrica é proveniente do saldo dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que ainda remanescem ser repassados até dezembro de 2018, de acordo com o cronograma de desembolsos constante em cada termo:

Ativo circulante	2018	2017	
Termo de Parceria Crediamigo	518.404	346.739	
Termo de Parceria Agroamigo	163.875	129.591	
Total		682.279	476.330

6. Valores a Receber

	2018	2017
INEC	22	22
Crediamigo (a)	979	1.661
Agroamigo (a)	3	26
Outros	1	3
Total	1.005	1.712

(a) Substancialmente refere-se aos valores depositados pelo Instituto a Previnec de ex-empregados que realizaram resgates parciais. Estes valores serão compensados em faturas posteriores.

7. Depósito Judicial

Os valores apresentados como depósitos judiciais representam o montante de depósitos recursais e depósitos judiciais recolhidos pelo INEC e poderão ser revertidos em benefício mediante as decisões judiciais.

	2018	2017
Depósito Judicial - Crediamigo	2.799	1.627
Depósito Judicial - Agroamigo	203	176
Causas Cíveis - Agroamigo	-	3
Bloqueio judicial	-	21
Total	3.002	1.827

8. Imobilizado

	2018	2017
Imobilizado com restrição (*)	1.380	1.145
Computadores e periféricos	521	489
Instalações	6	6
Móveis e utensílios	227	166
Máquinas e equipamentos	490	484
Veículos	136	-
Imobilizado sem restrição	314	157
Computadores e periféricos	79	61
Móveis e utensílios	22	20
Veículos	163	40
Máquinas e equipamentos	50	36

Imobilizado sem restrição - bens doados e cedidos	304	258
Computadores e Periféricos	206	172
Máquinas e Equipamentos	68	65
Móveis e Utensílios	30	21
Depreciação Acumulada	(1.038)	(887)
Depreciação Acumulada	(1.038)	(887)
Total	960	673

No exercício de 2018 o ativo imobilizado da entidade apresentou movimentação de aquisição de R\$ 460 mil, sendo R\$ 258 mil referente a bens com restrição e R\$ 202 mil a bens sem restrição.

(*) Os bens foram adquiridos com recursos originados dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que respectivamente estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) e Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) e por meio da parceria entre INEC e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário).

Os bens doados são oriundos do termo de parceria Espaço Nordeste celebrado entre o INEC e o Banco do Nordeste do Brasil. Os citados bens foram incorporados ao imobilizado do INEC por ocasião do encerramento do termo e finalização das atividades.

Segue demonstrativos da movimentação dos grupos de contas:

Descrição	Saldo 2017	Adições	Baixas Líquidas	Depreciação	Saldo 2018
Computadores e Periféricos	131	102	-19	38	175
Móveis e Utensílios	135	73	-	23	184
Veículos	-	259	-	33	227
Máquinas e Equipamentos	405	26	-4	55	372
Instalações	2	-	-	-	2
Total	673	460	-23	149	960

9. Intangível

	2018	2017
Intangível com restrição	740	668
Licença de uso de Software	740	668
Intangível sem restrição	38	61
Licença de uso de Software	38	61
Intangível sem restrição - bens doados e cedidos	25	25
Licença de uso de Software	25	25
Amortização acumulada	(467)	(306)
Licença de uso de Software	(467)	(306)

Total	336	448
-------	-----	-----

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares e licenças de direitos de uso, conforme movimentação apresentada abaixo:

A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a., a qual representa o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar os ativos.

Os bens doados são oriundos do termo de parceria Espaço Nordeste celebrado entre o INEC e o Banco do Nordeste do Brasil. Os citados bens foram incorporados ao imobilizado do INEC por ocasião do encerramento do termo e finalização das atividades.

No exercício de 2018 o Intangível da entidade apresentou movimentação de aquisição de R\$ 24 mil, não havendo baixas conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	Saldo 2017	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo 2018
Licença de uso de Software	448	24	-	-136	336
Total	448	24	-	-136	336

10. Fornecedores

A Entidade possui uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por fornecedores de serviços. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existem valores representativos em atraso, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

	2018	2017
Inec	50	7
Crediamigo	1.533	2.518
Agroamigo	306	728
Outros	2	-
Total	1.891	3.253

11. Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores a seguir representam salários a pagar, os respectivos encargos incidentes sobre a folha de pagamento, provisão de férias, e valores retidos dos empregados para repassar as associações de classe.

	2018	2017
Obrigações com empregados	13.521	12.694
Salários a pagar	13.521	12.694
Encargos Sociais	9.728	9.338
FGTS a recolher	1.972	1.892
PIS s/ Folha de Pagamento	324	311
INSS a recolher	6.248	6.004
IRRF s/ Folha de pagamento	1.184	1.131
Vinculado a Consignação	70	27
Pensão Judicial	29	17
Contribuição Assistencial	3	2
Contribuição sindical a recolher	38	8
Taxa Assistencial	1	-
Provisão para férias e encargos sociais	24.824	24.932
Férias	18.281	18.342
INSS a recolher	4.907	4.949
PIS s/ Férias	183	184
FGTS a recolher	1.453	1.457

Total	48.143	46.991
-------	--------	--------

12. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições apresentados são decorrentes da retenção sobre notas fiscais de serviços tomados Pessoa Física e Pessoa Jurídica (IRRF, PIS/COFINS/CSSL e ISSQN) e a tributação da COFINS sobre os rendimentos auferidos de aplicações financeiras calculadas de acordo com as bases legais tributárias.

	2018	2017
ISS Serviços	45	29
IRRF Serviços	18	13
PIS/COFINS/CSLL Lei 10.833	9	7
COFINS s/ Rendimento	70	47
Total	142	96

13. Obrigações com terceiros

O saldo da rubrica obrigações com terceiros é composto por empréstimos consignados concedidos pelo Banco do Nordeste, descontados em folha para serem repassados à Instituição Financeira, cheques emitidos e não compensados, Seguros DIT, doações a repassar e depósitos não identificados.

	2018	2017
Convênio BNB / CDC a repassar	290	389
Doações a repassar	29	456
Depósitos a identificar	75	171
Seguro DIT	1	62
Total	394	1.078

14. Recursos de Projetos e Convênios em Execução

Abaixo estão demonstrados os saldos de convênios e parcerias a serem aplicados em seus objetivos:

Passivo circulante	2018	2017
Termo de parceria - Crediamigo	477.945	323.292
Termo de parceria - Agroamigo	151.934	124.276
Convênio Planseq	5	5
Total	629.884	447.573

15. Provisões para Contingências

O INEC é parte envolvida em processos trabalhistas, tributária e cível. Decorrente disso está discutindo questões tanto na esfera administrativa como na judicial, das quais, quando aplicáveis, são exigidos depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião da consultoria jurídica.

	Valores
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.963
Adições	863
Reversões	(3.235)
Pagamento	(328)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.263
Adições	13.582
Reversões	(5.240)
Pagamento	(206)

Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.399
---------------------------------	--------

O INEC possui ações trabalhistas e tributárias envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, no montante estimado de R\$ 536 (ações trabalhistas) e R\$ 1.173 (ações tributárias). A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão para fazer face à eventual pagamento futuro decorrente de desfecho desfavorável nessas questões.

16. Receitas com doações, parcerias, convênios e contribuições.

	2018	2017
Doações de pessoas jurídicas	1.711	374
Doações de pessoas físicas	151	143
Prestação de serviços (*)	2.608	575
(-) ISS sobre prestação de serviços	(130)	(29)
(-) COFINS sobre prestação de serviços	(198)	(51)
Receitas operacionais sem restrições	4.142	1.012
Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)	332.690	302.992
Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)	122.437	111.912
Convênio MDA X INEC (**)	-	13
Receitas operacionais com restrições	455.127	414.917
Total	459.269	415.929

(*) Para entidades sem fins lucrativos, não há incidência do PIS conforme o que dispõe no artigo 47 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002.

(**) Este recurso é proveniente da venda das motos realizadas por meio de leilão, autorizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme estabelecido em convênio.

17. Despesas com programas e projetos sociais

	2018	2017
Incentivo a Educação e a Cultura	(356)	(375)
Incentivo a Geração de Renda	(39)	(60)
Desenvolvimento Comunitário	(84)	(48)
Campanha Natal sem Fome	(166)	(160)
Encontro Nordeste de Educação e Cidadania	(32)	(76)
Financiamento a Projetos Sociais	(306)	(338)
Despesas com programas sem restrições	(983)	(1.057)
Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)	(332.690)	(302.992)
Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)	(122.437)	(111.912)
Convênio MDA X INEC	(22)	(5)
Despesas com programas com restrições	(455.149)	(414.909)
Total	(456.132)	(415.966)

18. Seguros

A Entidade mantém contrato de seguros com coberturas, levando em conta a natureza da atividade e o grau de risco envolvido em suas operações, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2018 são:

Ramos	Importâncias Seguradas
Básica - INC, Raio, Explosão/Implosão	1.200
Danos Elétricos - Curto Circuito	150
Roubo/Furto Qualificado	100
Vendaval até Fumaça	150

Recomposição de Registro e Documentos	30
R C Operações	150
Despesas fixas básicas	100

----- Cleane Ramos Paulino Contadora - CRC CE-018466/O-9	----- Stélio Gama Lyra Júnior Diretor Presidente
--	--

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA			
Balanços patrimoniais			
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de Reais)			
Ativo			
	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.795	22.888
Adiantamentos	4	1.596	1.578
Tributos a recuperar		0	4
Despesas antecipadas		8	19
Recursos a receber de parcerias em projetos	5	682.279	476.330
Valores a receber	6	1.005	1.712
Clientes		883	-
		693.567	502.531
Não circulante			
Depósitos e bloqueios judiciais	7	3.002	1.827
Títulos de capitalização		70	70
Imobilizado	8	960	673
Intangível	9	336	448
		4.368	3.018
Total do ativo		697.935	505.549

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA			
Balanços patrimoniais			
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de Reais)			
Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	10	1.891	3.253
Obrigações sociais e trabalhistas	11	48.143	46.991
Obrigações tributárias	12	142	96
Obrigações com terceiros	13	394	1.078
Recursos de projetos e convênios em execução	14	629.884	447.573
		680.453	498.991
Não circulante			
Provisão para contas contestadas		-	65
Provisão para contingências	15	12.399	4.263
		12.399	4.328
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		5.083	2.230
		5.083	2.230
Total do passivo e do patrimônio líquido		697.935	505.549

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA			
Demonstração do resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de Reais)			
	Nota explicativa	2018	2017
Receitas operacionais sem restrição	16	4.142	1.012
Receitas operacionais com restrição	16	455.127	414.917
Projetos Sociais - INEC	17	-983	-1.057
Despesas com programas com restrição	17	-455.149	-414.909
(=) Superávit (déficit) bruto		3.137	-37
Despesas Administrativas		-456	-176
Resultado Financeiro		173	195
Receita financeira		177	197
Despesa financeira		-4	-2
(=) Superávit (déficit) do exercício		2.853	-18

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA		
Demonstração do resultado abrangente		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017		
(Em milhares de Reais)		
	2018	2017
Superávit (déficit) do exercício	2.853	-18
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.853	-18

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA				
Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017				
(Em milhares de Reais)				
	Patrimônio Social	Recursos de superávit com restrição	Superávit / déficit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.124	124	-	2.248
Déficit do período	-	-	-18	-18
Destinação do déficit do período	-18	-	18	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.106	124	-	2.230
Superávit do período	-	-	2.853	2.853
Destinação do Superávit do período	2.853	-	-2.853	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.959	124	-	5.083

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA		
Demonstração dos fluxos de caixa		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017		
(Em milhares de Reais)		
	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		

Superávit (déficit) do exercício	2.853	-18
Ajustes ao superávit/déficit do exercício		
Provisão para contingências	8.071	-2.635
Depreciações	150	415
Amortizações	136	141
	11.210	-2.097
Variações dos ativos e passivos operacionais		
(Aumento)/Redução de adiantamentos	-18	-66
(Aumento)/Redução de tributos a recuperar	4	1
(Aumento)/Redução de despesas antecipadas	11	-14
(Aumento)/Redução de recurso termo de parceria e convênios a apropriar	-205.949	414.904
(Aumento)/Redução de valores a receber	707	687
(Aumento)/Redução de clientes	-883	-
(Aumento)/Redução de bancos conta vinculada	21	30
(Aumento)/Redução de depósitos e bloqueios judiciais	-1.196	272
(Aumento)/Redução de título de capitalização	0	-8
Aumento/(Redução) de fornecedores	-1.362	1.404
Aumento/(Redução) de obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	1.198	15.304
Aumento/(Redução) de obrigações com terceiros	-684	-96
Aumento/(Redução) de valores a pagar	0	1
Aumento/(Redução) de recursos de projetos e convênio	182.310	-418.346
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-14.631	11.976
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	-460	-600
Baixa do ativo imobilizado	23	67
Aquisição de ativo intangível	-24	-73
Baixa do ativo intangível	-	46
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-461	-560
Aumento de caixa e equivalente de caixa	-15.092	11.416
Caixa no início do período	22.888	11.472
Caixa no final do período	7.795	22.888
Aumento de caixa e equivalente de caixa	-15.092	11.416

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA			
Demonstração das origens e aplicações de recursos			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
(Em milhares de Reais)			
		2018	2017
1	Origens dos Recursos de Terceiros		
	Superávit/ Déficit do Exercício	2.853	-18
	Mais: Depreciação e Amortização	286	556
	Das Operações	3.139	538
	Redução do Realizável a Longo Prazo	-1.175	346.630
	Aumento/Redução da Provisões para Riscos Trabalhistas	8.071	-2.635
	De Terceiros	6.896	343.995
2	Aplicação de Recursos		
	Aquisição de Ativo Imobilizado	460	600
	Baixa do Ativo Imobilizado	-23	-67

	Aquisição de Ativo Intangível	24	73
	Baixa do Ativo Intangível	-	-46
	Total da Aplicação de Recursos	461	560
3	Variação do Capital Circulante Líquido	10.496	345.093
	Ativo Circulante líquido no início do exercício	502.531	560.291
	Ativo Circulante líquido no final do exercício	693.567	502.531
	Variação do Ativo Circulante líquido	191.035	-57.760
	Passivo Circulante Líquido no início do exercício	498.992	900.725
	Passivo Circulante Líquido no final do exercício	680.454	498.992
	Variação do Passivo Circulante líquido	181.462	-401.733
	Capital Circulante Líquido	9.574	343.973

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº 2018/105

Custo do Projeto: R\$ 669.200.228 (Seiscentos e sessenta e nove milhões, duzentos mil e duzentos e vinte e oito reais); Local de realização do projeto: Área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Data de assinatura do TP: 28/06/2018; Início do projeto: 01/07/2018; Término: 31/12/2019; Objetivos do projeto: Operacionalização do programa de microcrédito CREDIAMIGO, do Banco do Nordeste do Brasil S/A, com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS; METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta p/ o período jul/2018 a dez/2019 (a)	Realizado no período jul a dez/2018 (b)	Diferença (a)-(b)	% de Realização (b)/(a)
Quantidade de Operações Realizadas	6.440.000	2.185.502	4.254.498	33,9%
Valores Desembolsados (Em R\$ Bilhões)	R\$ 14,10	R\$ 4,66	R\$ 9,44	33,1%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO - Em R\$ milhões (1)				
Categoria de Despesa	Previsto p/ o período jul/2018 a dez/2019 (c)	Despesas desembolsadas no período jul a dez/2018 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 571,10	R\$ 127,70	R\$ 443,40	22,4%
Capacitação de Empregados	R\$ 4,22	R\$ 0,56	R\$ 3,66	13,2%
Despesa com Orientação Empresarial de Clientes	R\$ 0,99	R\$ 0,00	R\$ 0,99	0,0%
Despesas Administrativas	R\$ 92,89	R\$ 20,79	R\$ 72,10	22,4%
Total	R\$ 669,20	R\$ 149,05	R\$ 520,15	22,3%

(1)Do valor total previsto de R\$ 669.200.228 para o período de julho/2018 a dezembro/2019, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 149.053.116,15, gerando saldo parcial de R\$ 520.147.111,85, na posição de dezembro/2018.

Para liquidar as despesas do período foi solicitado repasse no valor de R\$ 170.981.267,95, dos quais foi recebido em c/c até dez/2018 o montante de R\$ 150.795.676,05. Deste valor, deduz-se R\$ 149.053.116,15 para as despesas, R\$ 1.378.682,85 referente aos débitos diversos, e adiciona-se R\$ 58.072,12 referente ao rendimento líquido da aplicação financeira e R\$ 1.567.919,99 referente aos créditos diversos, resultando no saldo de disponibilidades em 31/12/2018, de R\$ 1.989.869,16.

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, nº 3.500, Itaperi; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.714-502. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: comunicacao@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função: Diretor Presidente.

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº 2018/107

Custo do Projeto: R\$ 206.602.789 (Duzentos e seis milhões, seiscentos e dois mil e setecentos e oitenta e nove reais). Local de realização do projeto: Área de jurisdição do BNB S/A. Data de assinatura do TP: 28/06/2018. Início do projeto: 01/08/2018. Término: 31/12/2019. Objetivos do projeto: Operacionalização do programa de microcrédito AGROAMIGO do Banco do Nordeste do Brasil S/A, com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS: METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta p/ o período ago/2018 a dez/2019 (a)	Realizado no período ago a dez/2018 (b)	Diferença (a)-(b)	% de Realização (b)/(a)
Quantidade de Operações	750.000	207.165	542.835	27,6%
Valor Contratado (Em milhões)	R\$ 3.650,00	R\$ 1.043,10	R\$ 2.606,90	28,6%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO - Em R\$ milhões (1)				
Categoria de Despesa	Previsto p/ o período ago/2018 a dez/2019 (c)	Despesas desembolsadas no período ago a dez/2018 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 178,45	R\$ 36,10	R\$ 142,35	20,2%
Capacitação de Empregados	R\$ 2,55	R\$ 0,23	R\$ 2,32	9,2%
Despesas Administrativas	R\$ 25,60	R\$ 4,82	R\$ 20,78	18,8%
Total	R\$ 206,60	R\$ 41,15	R\$ 165,45	19,9%

(1)Do valor total previsto de R\$ 206.602.789 para o período de agosto/2018 a dezembro/2019, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 41.154.939,60, gerando saldo parcial de R\$ 165.447.849,40, na posição de dezembro/2018.

Para liquidar as despesas do período foi solicitado repasse no valor de R\$ 50.989.867,65, dos quais foi recebido em c/c até dez/2018 o montante de R\$ 42.728.082,43. Deste valor, deduz-se R\$ 41.154.939,60 para as despesas, R\$ 1.995.322,47 referente aos débitos diversos, e adiciona-se R\$ 32.362,61 referente ao rendimento líquido da aplicação financeira e R\$ 2.220.428,17 referente aos créditos diversos, resultando no saldo de disponibilidades em 31/12/2018, de R\$ 1.830.611,14.

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Dr. Silas Munguba, nº 3.500, Itaperi; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.714-502. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: comunicacao@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função: Diretor Presidente.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Presidente do

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC

Fortaleza - CE

Em conformidade com nossos exames aos livros, processos e documentos contábeis do período de janeiro a dezembro de 2018, correspondente ao Termo de Parceria CREDIAMIGO (contrato 2018/105) atestamos pela regularidade das contas do INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC, entretanto, ressaltamos quanto à necessidade da implementação de melhorias nos controles internos existentes, tendo em vista algumas deficiências detectadas no decorrer de nossos trabalhos, e que foram objeto de menção neste relatório.

Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam:

a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade;

b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas;

c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição.

Considerando o escopo do trabalho definido acima, em nossa opinião, as informações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC em 31 de dezembro de 2018, como também o Termo de Parceria CREDIAMIGO (contrato 2018/105).

Fortaleza (CE), 19 de fevereiro de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 CE 001465/F-4

Tiago de Sá Barreto Bezerra

CRC CE 024436/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Presidente do

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC

Fortaleza - CE

Em conformidade com nossos exames aos livros, processos e documentos contábeis do período de janeiro a dezembro de 2018, correspondente ao Termo de Parceria AGROAMIGO (contrato 2018/107) atestamos pela regularidade das contas do INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC, entretanto, ressaltamos quanto à necessidade da implementação de melhorias nos controles internos existentes, tendo em vista algumas deficiências detectadas no decorrer de nossos trabalhos, e que foram objeto de menção neste relatório.

Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam:

a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade;

b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas;

c) A avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Instituição.

Considerando o escopo do trabalho definido acima, em nossa opinião, as informações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC em 31 de dezembro de 2018, como também o Termo de Parceria AGROAMIGO (contrato 2018/107).

Fortaleza (CE), 19 de fevereiro de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 CE 001465/F-4

Tiago de Sá Barreto Bezerra

CRC CE 024436/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Presidente e Conselheiros do

Instituto Nordeste Cidadania - INEC

Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nordeste Cidadania - INEC ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nordeste Cidadania (INEC) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto Nordeste Cidadania - INEC, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

Examinamos também a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Entidade, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto Nordeste Cidadania (INEC) continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto Nordeste Cidadania (INEC);

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto Nordeste Cidadania (INEC). Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) a não mais se manter em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 19 de fevereiro de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 CE 001465/F-4

Tiago de Sá Barreto Bezerra

CRC CE 024436/O-5

INSTITUTO NORDESTE CIDADANIA - INEC

Manifestação do Conselho Fiscal do INEC sobre o Relatório dos Auditores Independentes emitido pela Empresa BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples

Ao

Conselho de Administração do Instituto Nordeste Cidadania - INEC

Av. Dr. Silas Munguba, nº 3.500, Itaperi, CEP 60714-502 - Fortaleza (CE)

Nesta

Senhores Conselheiros,

Em atendimento ao previsto nos artigos 34 e 35, Capítulo VIII, do Estatuto Social do INEC, este Conselho Fiscal, em reunião ocorrida nesta data, procedeu à análise e aprovação das Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Diante do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela Empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, em 19/02/2019, que expressa opinião de que as referidas demonstrações contábeis inclusive a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nordeste Cidadania - INEC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Conselho Fiscal emite a sua concordância quanto à adequação dos documentos analisados e orienta que todas as recomendações constantes do Relatório de Recomendações dos Controles Internos, também emitido pela Empresa BDO, em 19/02/2019, sejam efetivamente implementadas.

Fortaleza (CE), 22 de fevereiro de 2019.

José Ferreira Chagas

Conselheiro Fiscal

Jorge Luiz Fonseca de Sant'anna

Conselheiro Fiscal

Maria Claudia Nascimento Silva

Conselheira Fiscal

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.
